

APROVAÇÃO do Superintendente em 23.1.14 à fl. 45. – FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 57, §1º, inciso II da Lei Federal 8.666/93. – ESCLARECIMENTO: Este é o 1º Termo Aditivo e Modificativo do referido contrato. – ADIÇÕES E MODIFICAÇÕES: PRAZO: 1ª Prorrogação de prazo e respectivo cronograma, em observância a justificativa técnica, fls. 28/29, ofertada pelo Engenheiro fiscal do ajuste, por mais 2 meses, totalizando 8 meses, a contar da 1ª Nota de Serviço datada de 25.9.13, projetando sua conclusão para 25.5.14. – O prazo de vigência do contrato é de 11 meses incluído o prazo de observação de 3 meses, encerrando-se com o Termo de Recebimento Definitivo. – CRONOGRAMA: O cronograma autuado à fl. 17 da PR, e aprovado pelo Superintendente em 23.1.14 à fl. 45 da mesma PR, regulará o andamento dos serviços. – GARANTIA: Revalidação do prazo da garantia para 2.11.14 em decorrência da prorrogação do prazo: R\$ 234.107,55 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Inclua-se na cláusula 5 do contrato: Constitui condição para a realização do pagamento a inexistência de registros em nome da Contratada no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais do Estado de São Paulo-CADIN ESTADUAL, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização do pagamento. – CONFIRMAÇÕES: Continuum em vigor as demais cláusulas do contrato que não colidam com o presente TAM.

PR 000034/18/DE/14 – CONTRATANTE: DER/SP – CONTRATO 18.733-1 – CONTRATADA: MARIPAV PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA. – TERMO ADITIVO E MODIFICATIVO 061 – DATA: 10.2.14 – Objeto: Contratação de obras e serviços de recapeamento da pista, pavimentação dos acostamentos e melhorias da SP-333, do km295,485 ao km314,285 (BR-153), não contemplando o trevo Júlio de Mesquita/Marília. Edital LPI 0088/12-CI. – AUTORIZAÇÃO E APROVAÇÃO do Superintendente em 23.1.14 à fl. 39. – FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 57, §1º, inciso V da Lei Federal 8.666/93. – ESCLARECIMENTO: Este é o 1º Termo Aditivo e Modificativo do referido contrato. – ADIÇÕES E MODIFICAÇÕES: PRAZO: 1ª Prorrogação de prazo e respectivo cronograma, em observância a justificativa técnica, fls. 23/24, ofertada pelo Engenheiro Fiscal do ajuste, por mais 4 meses, totalizando 16 meses, a contar da 1ª Nota de Serviço datada de 15.4.13, projetando sua conclusão para 15.8.14. – O prazo de vigência do contrato é de 19 meses incluído o prazo de observação de 3 meses, encerrando-se com o Termo de Recebimento Definitivo. – CRONOGRAMA: O cronograma autuado à fl. 17 da PR, e aprovado pelo Superintendente em 23.1.14 à fl. 39 da mesma PR, regulará o andamento dos serviços. – GARANTIA: Revalidação do prazo da garantia para 23.1.15 em decorrência da prorrogação do prazo: R\$ 2.026.373,78 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Inclua-se na cláusula 5 do contrato: Constitui condição para a realização do pagamento a inexistência de registros em nome da Contratada no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais do Estado de São Paulo-CADIN ESTADUAL, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização do pagamento. – CONFIRMAÇÕES: Continuum em vigor as demais cláusulas do contrato que não colidam com o presente TAM.

PR 000902/18/DE/13 – CONTRATANTE: DER/SP – CONTRATO 18.318-0 – CONTRATADA: ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES CSO LTDA. – TERMO DE RERRATIFICAÇÃO 001 – DATA: 10.2.14 – Objeto: Execução das obras e serviços de regularização da camada de rolamento para posterior reforço estrutural da SP-055, do km53,60m ao km99,63m, trecho Ubatuba/Caraquatatuba, dividido em 2 lotes, incluindo a elaboração de projeto executivo. Lote 1: do km53,60m ao km76,60m. Edital 077/12-CO. – AUTORIZAÇÃO E APROVAÇÃO do Superintendente em 22.1.14 à fl. 50. – ESCLARECIMENTO: Este é o 1º Termo de Rerratificação do referido contrato. – FINALIDADE: Retificar e Ratificar o Termo Aditivo e Modificativo 113 de 18.3.13. – RETIFICAÇÃO: Ratificar a cláusula de prazo e andamento. – Onde lê-se: “O prazo para execução de todas as obras e serviços, objeto do presente contrato, será de 7 meses, a contar da 1ª nota de serviço datada de 30.10.12, projetando a sua conclusão para 30.4.13, a saber: Inicial: 5 meses; 1ª prorrogação de prazo e respectivo cronograma, autorizado pelo Superintendente em 22.2.13 à fl. 22 de PR 000902/18/DE/13: 2 meses.” – Passa a ter a seguinte redação: “O prazo para execução de todas as obras e serviços, objeto do presente contrato, será de 6 meses, a contar da 1ª nota de serviço datada de 30.10.12, projetando a sua conclusão para 30.4.13, a saber: Inicial: 4 meses; 1ª prorrogação de prazo e respectivo cronograma, autorizado pelo Superintendente em 22.2.13 à fl. 22 de PR 000902/18/DE/13: 2 meses.” – RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições do Contrato que não colidam com o presente. – CONFIRMAÇÕES: Continuum em vigor as demais cláusulas do contrato que não colidam com o presente Termo de Rerratificação.

PR 006591/18/DE/13 – CONTRATANTE: DER/SP – CONTRATO 18.723-9 – CONTRATADA: SOEBE CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO LTDA. – TERMO ADITIVO E MODIFICATIVO 066 – DATA: 17.2.14 – Objeto: Contratação das obras e serviços de recapeamento da pista, pavimentação dos acostamentos e melhorias da SP-463, do km51,36 ao km60,00, trecho cidade de Araçatuba/Rio Tietê, Município de Araçatuba. Edital LPI 013/12-CI. – AUTORIZAÇÃO E APROVAÇÃO do Superintendente em 26.12.13 à fl. 55. – FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 65, inciso I, letra “b” e §1º da Lei Federal 8.666/93. – ESCLARECIMENTO: Este é o 2º Termo Aditivo e Modificativo do referido contrato. – ADIÇÕES E MODIFICAÇÕES: VALOR ATUAL DO CONTRATO: R\$ 17.909.193,76 – DESPESA: Para enfrentar a execução das obras e serviços, correspondente a 3,03% do valor contratual inicial, em observância a justificativa técnica, fls. 16/18 ofertada pelo Engenheiro fiscal do ajuste: R\$ 527.376,92 – A vigência do presente aditamento para os posteriores exercícios fica sujeita a condição resolutiva, consubstanciando na existência de recursos nas respectivas leis orçamentárias de cada exercício para atender às respectivas despesas. – Alteração do Anexo I (orçamento/proposta): O Anexo I, autuado às fls. 29/34 da PR, foi aprovado pelo Diretor de Operações em 5.12.13 à fl. 47 da mesma PR. – CRONOGRAMA: O cronograma autuado à fl. 22 da PR e aprovado pelo Superintendente em 26.12.13, à fl. 55 da mesma PR, regulará o andamento das obras e serviços. – GARANTIA: R\$ 895.459,68 – Reforço de caução em decorrência do acréscimo de despesas: R\$ 26.368,84 – CONFIRMAÇÕES: Continuum em vigor as demais cláusulas do contrato que não colidam com o presente TAM.

PR 006816/18/DE/13 – CONTRATANTE: DER/SP – CONTRATO 18.299-0 – CONTRATADA: SOEMEG TERRAPLENAGEM PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÕES LTDA. – TERMO ADITIVO E MODIFICATIVO 070 – DATA: 17.2.14 – Objeto: Execução das obras e serviços de recapeamento da pista e pavimentação dos acostamentos da SPA-009/010, km0,00 ao km10,62, trecho Vargem/Bragança Paulista, incluindo a execução do projeto executivo da rotatória no km7,00 de acesso ao Bairro Marina. Edital 070/12-CO. – AUTORIZAÇÃO E APROVAÇÃO do Superintendente em 31.1.14 à fl. 56. – FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 57, §1º, inciso I da Lei Federal 8.666/93. – ESCLARECIMENTO: Este é o 3º Termo Aditivo e Modificativo do referido contrato. – ADIÇÕES E MODIFICAÇÕES: PRAZO: 3ª Prorrogação de prazo e respectivo cronograma, em observância a justificativa técnica, fls. 32/33, ofertada pelo Engenheiro Fiscal do ajuste, por mais 3 meses, totalizando 19 meses, a contar da 1ª Nota de Serviço datada de 30.10.12, projetando sua conclusão para 30.5.14. – O prazo de vigência do contrato é de 22 meses incluído o prazo de observação de 3 meses, encerrando-se com o Termo de Recebimento Definitivo. – CRONOGRAMA: O cronograma autuado à fl. 22 da PR, e aprovado pelo Superintendente em 31.1.14 à fl. 56 da mesma PR, regulará o andamento dos serviços. – GARANTIA: Revalidação do prazo da garantia para 7.11.14 em decorrência da prorrogação do prazo: R\$ 969.897,98 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Inclua-se na cláusula 5 do contrato: Constitui condição para a realização do pagamento a inexistência de registros em nome da Contratada no Cadastro Informativo dos

Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais do Estado de São Paulo-CADIN ESTADUAL, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização do pagamento. – CONFIRMAÇÕES: Continuum em vigor as demais cláusulas do contrato que não colidam com o presente TAM.

PR 003302/18/DE/13 – CONTRATANTE: DER/SP – CONTRATO 18.245-0 – CONTRATADA: CGS CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO LTDA. – TERMO DE ENCERRAMENTO 020 – DATA: 29.1.14 – Objeto: Execução das obras e serviços de pavimentação da estrada vicinal BRU-999, ligação da SP-225 à Avenida Vicente Aiello, Município de Bauru, com 3,20km de extensão. Edital 059/12-CO. – FINALIDADE: Encerramento do Contrato 18.245-0, firmado em 19.9.12. – AUTORIZAÇÃO E APROVAÇÃO do Superintendente em 29.1.14 à fl. 60. – VALOR FINAL DO CONTRATO: R\$ 2.718.802,79 – VALOR PAGO REFERENTE À REAJUSTAMENTO: Conforme Boletim Demonstrativo à fl. 28: R\$ 567,02 – ANULAÇÃO: Dos serviços não utilizados: R\$ 429,42 – GARANTIA: R\$ 135.933,25 – PRAZO: 6 meses, a contar da 1ª Nota de Serviço datada de 8.10.12, sendo encerrado em 8.4.13. – QUITAÇÃO: As partes declaram nada ter a exigir ou a reclamar a qualquer título, relativamente ao contrato 18.245-0 ora encerrado, outorgando-se reciprocamente, plena, geral e irrevogável quitação em relação a quaisquer direitos e obrigações oriundas do aludido Contrato, inclusive devolução da garantia, sem prejuízo das remanescentes responsabilidades da contratada, derivadas do contrato e da lei, ficando ressalvado o direito de regresso da Contratante pelo pagamento de eventuais importâncias que lhe sejam reclamadas, nas esferas civil, tributária, trabalhista e previdenciária e cuja responsabilidade, por disposição contratual ou legal, seja da Contratada.

## DEPARTAMENTO AEROVIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Comunicado**  
O Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo – DAESP torna público que recebeu a Licença Ambiental de Operação 2.201, de 17/2/2014, para a regularização do empreendimento do Aeroporto Estadual Frank Miloye Milenkowichi, no município de Marília, com validade de 10 anos, a contar da data sua emissão.

## Cultura

### GABINETE DO SECRETÁRIO

#### DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

**Despacho da Diretora Técnica III, de 18-2-2014**  
Processo SC: 4541/2012  
Interessado: CENTRO DE COMPRAS E CONTRATAÇÃO  
Assunto: Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Publicações em Jornais de Grande Circulação.

Nos termos do contido na Clausula Segunda - Do Preço e Reajuste do Contrato 040/2012, e a vista dos cálculos elaborados pelo Departamento de Finanças e Orçamento, conforme demonstrativo de fls. 866/868, Autorizo o reajuste do Contrato no valor mensal de R\$ 529,00 para R\$ 557,41 a partir de maio de 2013.

### UNIDADE DE ATIVIDADES CULTURAIS

#### UNIDADE DE FOMENTO E DIFUSÃO DA PRODUÇÃO CULTURAL

**Extrato de Contrato**  
Processo SC 137436/2013  
Contrato SC 257/2014  
1º Estado de São Paulo, por sua Secretaria da Cultura;  
2º ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DO CENTRO EDUCACIONAL MUNICIPAL DE APRENDIZAGEM DORIVAL ROSSI  
Objeto: A Realização do Projeto “III FESTIVAL DE ARTES INTEGRADAS – FORA D’ÁGUA”, relativo ao Edital “Concurso de apoio a FESTIVAIS DE ARTES no Estado de São Paulo” ProAC 01/2013.

Vigência do presente contrato será de 14 meses, contados da data de sua assinatura.  
UGE: 120.104 Programa de Trabalho 13392121819860000 Natureza de Despesa 33903101.  
Valor do Contrato: R\$ 90.000,00.  
Data da Assinatura: 12-02-2014  
Não publicado em época oportuna.

**Extrato de Contrato**  
Processo SC 157786/2013  
Contrato SC 255/2014  
1º Estado de São Paulo, por sua Secretaria da Cultura;  
2º COOPERATIVA PAULISTA DE TEATRO  
Objeto: A Realização do Projeto “A FLOR DO LÁCIO”, relativo ao Edital “Apoio à Estímulo à Leitura em Bibliotecas Municipais no Estado de São” ProAC 20/2013.

Vigência do presente contrato será de 12 meses, contados da data de sua assinatura.  
UGE: 120.104 Programa de Trabalho 13392121819860000 Natureza de Despesa 33903101.  
Valor do Contrato: R\$ 40.000,00.  
Data da Assinatura: 10-02-2014.  
Não publicado em data oportuna.

**Extrato de Contrato**  
Processo SC 2351/2014  
Contrato SC 256/2014  
1º Estado de São Paulo, por sua Secretaria da Cultura;  
2º KINOOSFERA FILMES PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA  
Objeto: A Realização do Projeto “UMA PILHA DE PRATOS NA COZINHA”, relativo à Primeira Etapa do Edital ProAC 38/2013 “Concurso de Apoio à Criação e Desenvolvimento de Roteiro Inédito e de Produção de Telefilme no Estado de São Paulo”.

Vigência do presente contrato será de 08 meses, contados da data de sua assinatura.  
UGE: 120.104 - Programa de Trabalho 13392121819860000 Natureza de Despesa 33903101.  
Valor do Contrato: R\$ 40.000,00.  
Data da Assinatura: 03-01-2014.  
Não publicado em época oportuna.

## FUNDAÇÃO MEMORIAL DA AMÉRICA LATINA

**Despacho do Diretor Presidente, de 03-02-2014**  
Processo 543/2013 – Em observância ao disposto no artigo 26 da Lei Federal 8666/93, e alterações posteriores, tendo em vista as manifestações da Gerência de Assuntos Jurídicos constantes do processo em referência, RATIFICO a dispensa de licitação declarada pelo Senhor Diretor de Atividades Culturais, conforme despacho constante do presente processo, com fundamento no artigo 24, inciso XV, da mesma norma legal, para contratação da empresa ATIELI DE ARTES E OFÍCIOS DAISY ESTRÁ LTDA, CNPJ: 10.569.426/0001-14, para a prestação dos serviços especializados de higienização e restauração do acervo do Pavilhão da Criatividade desta Fundação Memorial da América Latina, no valor de R\$ 78.200,00.

# Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

## COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TERRITORIAL

**Despacho do Coordenador de 19-11-2013**  
PROCESSO:SDECT n°292/2013  
INTERESSADO: Coordenadoria de Desenvolvimento Regional e Territorial

ASSUNTO: Contratação de empresa para produção e edição de vídeos dentro das ações previstas no âmbito da execução do convênio com a FINEP 1. ACOLHO a manifestação técnica às fls. 87/88 e ADOTO-A como fundamentação e justificativa para a celebração do ajuste proposto.

2. INFORMO não haver Projeto Básico, nem Cronograma Físico-Financeiro, para a presente contratação uma vez que a mesmo se dará no âmbito das ações previstas nas ações do Remanejamento aprovado pela Agência Brasileira da Inovação - FINEP, apensado aos autos às fls. 38/42, dentro das rubricas de Divulgação dos Resultados Finais e do Subprojeto executado pelas ITCPS das Universidades, ENTIDADES INTERVENIENTES no Convênio, o que foi expressamente autorizada pela FINEP, através da Carta de Aprovação de Remanejamento/Alteração de itens (fls. 37).

3. A CONVENIÊNCIA da celebração do ajuste proposto encontra-se expressado na manifestação técnica supra referida, especialmente no fato de que a contratação em tela deverá ser realizada no âmbito do convênio celebrado entre esta Pasta, representando o Estado de São Paulo, celebrou Convênio com a Agência Brasileira da Inovação - FINEP (então Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP), o qual foi celebrado para a execução do Subprojeto “Constituição de Redes Articuladas de EES na Cadeia Produtiva de Manejo de Resíduos Sólidos em São Paulo - CREES”, um dos subprojetos do Projeto “Centros Digitais e Cadeias Produtivas - Agregação de Tecnologia e Desenvolvimento Territorial”.

4. A OPORTUNIDADE da celebração do ajuste reside no fato de que a contratação proposta, conforme inciso II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93, será realizada com Dispensa do Procedimento Licitatório, o que é JUSTIFICADO pela agilidade necessária e economicidade na contratação, uma vez que é oferecido orçamento com valor inferior a R\$ 8.000,00.

5. DECLARO compatíveis com aqueles praticados no mercado os preços envolvidos no projeto, consoante tabelas da SINDCINE - Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Cinematográfica e do Audiovisual dos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins e Distrito Federal (fls. 076/081).

## CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA

**Resumos de Contrato**  
Processo: 7890/13- CONTRATO: 017/2014 - CONTRATANTE: C.E.E.T. “Paula Souza” - CONTRATADA: FHB COMERCIAL ELETRÔNICA LTDA-ME - Objeto: Aquisição de Filmadora Digital – VALOR: R\$ 107.800,00 - PRAZO DE ENTREGA: 30 dias - ELEMENTO ECONÔMICO: 449052 - UNIDADE: ADM Central – Diversas Unidades - DATA DA ASSINATURA: 17-02-2014.

Processo: 7888/13- CONTRATO: 016/2014 - CONTRATANTE: C.E.E.T. “Paula Souza” - CONTRATADA: MOON SEA COMERCIAL LTDA-ME - Objeto: Aquisição de Câmera Digital – VALOR: R\$ 32.960,00 - PRAZO DE ENTREGA: 30 dias - ELEMENTO ECONÔMICO: 449052 - UNIDADE: ADM Central – Diversas Unidades - DATA DA ASSINATURA: 17-02-2014.

### CONSELHO DELIBERATIVO

**Deliberação 006/2014, de 17-2-2014**  
Dispõe sobre normas para criação e funcionamento de cursos, disciplinas e atividades ofertadas na modalidade de Educação a Distância (EaD) para o Ensino Superior de Graduação.

A Presidente do Conselho Deliberativo, do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no inciso VIII, do artigo 8º do Regimento do Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” – CEETEPS, aprovado pelo Decreto n. 58.385, de 13 de setembro de 2012, e considerando a necessidade de se regulamentar a criação e a organização do funcionamento de cursos superiores de graduação na modalidade de Educação a Distância (EaD), assim como a oferta de disciplinas na modalidade de EaD nos cursos de graduação na modalidade presencial,

**DELIBERA:**  
**CAPÍTULO I**  
**DA NATUREZA E DA FINALIDADE**

Artigo 1º - A Educação a Distância (EaD) no Ensino Superior no CEETEPS é definida como a modalidade de processo educacional com estratégia metodológica que enfatiza a autoaprendizagem na qual a interação professores-autores, professores-mediadores “on-line”, professores-mediadores presenciais e estudantes supera limitações de espaço e tempo, com a aplicação pedagógica de meios e tecnologias da informação e da comunicação, sistematicamente organizados.

**CAPÍTULO II**  
**DAS DIRETRIZES**

Artigo 2º - A Educação a Distância no Ensino Superior no CEETEPS tem por objetivos:

I – desenvolver cultura institucional quanto ao uso de ferramentas e recursos das tecnologias da informação e da comunicação como estratégias metodológicas na oferta de cursos a distância;

II – ampliar o acesso aos cursos de educação superior de graduação a candidatos geograficamente distantes, portadores de necessidades especiais ou por quaisquer outras restrições, possibilitando maior flexibilização no processo de apropriação dos conhecimentos;

III – propiciar aprendizagem autônoma e ligada às experiências dos estudantes, oportunizando-lhes a aquisição de atitudes e valores que conduzam à autodeterminação e à consciência da necessidade da aprendizagem permanente;

IV – fomentar a educação continuada, possibilitando a capacitação permanente e o aperfeiçoamento profissional aos egressos dos cursos do CEETEPS e à comunidade em geral;

V – desenvolver a EaD no âmbito do CEETEPS de forma interinstitucional e colaborativa, buscando cooperação e parcerias com instituições locais, nacionais e internacionais;

VI – viabilizar o desenvolvimento do plano de capacitação docente, buscando a incorporação de novas tecnologias e de novas práticas pedagógicas ao processo de ensino-aprendizagem;

VII – possibilitar o desenvolvimento de cursos e programas de capacitação profissional aos servidores técnicos administrativos.

**Seção I**  
**Da criação de Cursos de Graduação EaD**

Artigo 3º - A efetivação de um novo curso de graduação na modalidade EaD segue as seguintes etapas:

I – os representantes dos colegiados, nos mais diversos níveis do CEETEPS, podem a qualquer instante propor, à Unidade do Ensino Superior de Graduação (CESU), um novo curso de graduação na modalidade EaD, desde que o mesmo seja ofertado na modalidade presencial;

II – a Unidade do Ensino Superior de Graduação (CESU) recebe e analisa a pertinência da proposta e se pertinente, envia para a apreciação da Superintendência;

III – a Superintendência recebe, analisa e encaminha ao Conselho Deliberativo que decide se o curso será implantado na modalidade EaD no CEETEPS.

§ 1º - Os momentos presenciais dos cursos de graduação na modalidade EaD podem ser ministrados em uma ou mais etapas, não podendo ser inferior a 10% (dez por cento) e nem superior a 50% (sessenta por cento) da carga horária total do curso.

§ 2º - O ingresso de estudantes nos cursos de graduação na modalidade de Educação a Distância segue os mesmos procedimentos dos cursos na modalidade presencial, previstos no Regimento Unificado das Faculdades de Tecnologia do CEETEPS.

§ 3º - O aproveitamento do rendimento acadêmico é verificado por meio de avaliações, em cada disciplina, seguindo os critérios estabelecidos no Regimento Unificado das Faculdades de Tecnologia do CEETEPS e no Regulamento Geral dos Cursos de Graduação das FATEC’s do CEETEPS.

§ 4º - Os cursos ofertados na modalidade de Educação a Distância podem receber transferência e aproveitar estudos realizados pelos estudantes em cursos presenciais, da mesma forma que as certificações totais ou parciais obtidas nos cursos a distância podem ser aceitas em outros cursos a distância e em cursos presenciais, desde que obedecidos os Atos acadêmicos vigentes no CEETEPS para os procedimentos de aproveitamento de estudos em disciplinas para os alunos de Graduação.

Artigo 4º - O controle acadêmico deve ser efetivado conforme prazos e datas estabelecidos em calendário acadêmico específico do curso, aprovado pela Unidade do Ensino Superior de Graduação (CESU) do CEETEPS.

§ 1º O controle acadêmico dos cursos ofertados na modalidade de Educação a Distância é de responsabilidade de cada Polo, com o acompanhamento e controle pela Direção de EaD (DED) da Unidade do Ensino Superior de Graduação (CESU).

§ 2º Para fins de diplomação e certificação dos egressos dos cursos na modalidade de Educação a Distância, seguem-se as normas vigentes.

#### Seção II

**Dos procedimentos para o funcionamento**

Artigo 5º - A formatação pedagógica dos cursos a distância é composta de:

I - encontros presenciais;  
II - mediatização;  
III - interatividade.

Artigo 6º - O Encontro Presencial em EaD é o momento da interação do estudante com os agentes pedagógicos alocados nos polos, principalmente os professores-mediadores presenciais, tendo como finalidades:

I - possibilitar ao estudante desenvolver o sentido de pertencimento ao grupo;

II - construir e ampliar o conhecimento acadêmico, a partir de reflexões e discussões entre professores e estudantes;

III - propiciar a interação entre pessoas que possuem objetivos comuns com relação ao curso;

IV - possibilitar a troca de experiências profissionais e socioculturais;

V - possibilitar ao estudante o relacionamento com a instituição de ensino e o acesso aos serviços disponibilizados;

VI - permitir ao aluno conhecer a equipe pedagógica, os demais estudantes do curso e o pessoal técnico administrativo do Polo, facilitando a comunicação a distância;

VII - permitir ao mediador presencial conhecer os seus estudantes, facilitando a definição de estratégias de ensino-aprendizagem, socializadas com os demais agentes pedagógicos: mediadores online, professores-autores e coordenador do curso;

VIII - integrar, de modo dinâmico, o quadro de atividades de um dado curso, em articulação com as propostas levadas à efeito na modalidade a distância.

Artigo 7º - As atividades desenvolvidas na Mediatização assumem as funções da aula presencial, tendo o material didático e todos os objetos de aprendizagem disponíveis no ambiente virtual de aprendizagem (AVA) como principais interfaces para a construção do conhecimento.

Artigo 8º - A Mediatização, com a utilização de técnicas de autoestudo, tem como objetivos possibilitar ao estudante:

I - compreender o conteúdo específico de cada disciplina ou atividade;

II - construir o conhecimento a partir de visão crítica, por meio da consulta a vários materiais didáticos disponíveis e à bibliografia indicada;

III - organizar esquemas, resumos e sínteses;

IV - atingir a síntese do tema estudado, por meio da dedução (do geral para o particular) ou da indução (do particular para o geral);

V - realizar exercícios de autoavaliação propostos no material didático.

Artigo 9º - A Interatividade na EaD corresponde ao uso das tecnologias que permitam o estabelecimento de um ambiente virtual de aprendizagem (AVA), por meio da Mediação, tendo como objetivos possibilitar ao estudante:

I - esclarecer dúvidas após o autoestudo;

II - estabelecer laços culturais com os colegas de turma;

III - realizar estudo em grupos virtuais, via meios eletrônicos.

Parágrafo único - A Mediação é o elemento fundamental no processo de interatividade, constituída por atividades específicas realizadas por uma equipe de professores-mediadores ou professores de áreas específicas que atuam de forma síncrona e assíncrona a distância “on-line” e têm como competência o acompanhamento pedagógico dos estudantes, auxiliando-os na interação com os materiais didáticos, objetivando fornecer elementos para transformar informação em conhecimento.

Artigo 10 - O regime acadêmico dos Cursos é denominado “a distância”.

Artigo 11 - Os Cursos Superiores a Distância oferecidos pelo CEETEPS podem ter local de funcionamento, calendário acadêmico e aproveitamento escolar específicos e neles se aplicam os mesmos critérios estabelecidos para os cursos presenciais, de acordo com legislação vigente, o Regimento Unificado das FATEC’s do CEETEPS e as demais normas internas.

Artigo 12 - Os Cursos Superiores de Graduação a Distância terão matrículas descentralizadas nos Polos onde funcionarão, conforme normas aprovadas pelo Comitê de EaD, do Departamento de Ensino a Distância.

§ 1º - O calendário acadêmico é específico para cada curso e estabelece as datas para a realização dos Encontros Presenciais, das avaliações presenciais e das demais atividades escolares.

§ 2º - O aproveitamento escolar é obtido em função do percentual de frequência do estudante aos Encontros Presenciais e da verificação do seu desenvolvimento escolar nas atividades propostas ao longo de cada disciplina/curso, conforme estabelece a legislação vigente.

§ 3º - O percentual de frequência exigido nos Cursos Superiores a Distância refere-se a realização por parte dos estudantes das atividades propostas no ambiente “on-line” (AVA), tais como trabalhos individuais, trabalhos em grupo, participação em atividades síncronas, participação em fóruns e outros e à presença dos estudantes aos momentos presenciais obrigatórios, compreendendo avaliação, estágios, defesa de TCC ou prática em laboratório, os quais serão realizados nos locais especificados no plano de atividade estabelecido para o curso, não sendo permitido o abono de faltas, salvo nos casos expressamente previstos em lei.

§ 4º - A integralização curricular se faz pelo sistema de carga horária (disciplina), com matrícula por semestre, calculando-se o total de horas cursadas nas diversas disciplinas, comparando com o total de horas previstas na matriz curricular do curso.

Artigo 13 - A avaliação do desenvolvimento do estudante é feita por disciplina, de acordo com o aproveitamento obtido nas atividades acadêmicas durante o período letivo.

§ 1º - Para os cursos em EaD são consideradas atividades acadêmicas provas escritas, seminários, atividades laboratoriais, atividades de campo e outros propostos pelos respectivos professores e aprovados pelos Coordenadores de Cursos e Comitê de EaD do Departamento.

§ 2º - As atividades acadêmicas são executadas dentro dos prazos fixados no calendário do curso e sem prejuízo das demais atividades.

Artigo 14 – Nos Cursos Superiores de Graduação na modalidade de EaD a apuração do rendimento escolar do estudante em cada disciplina ou atividade programada no projeto pedagógico do curso é feita por avaliações de aprendizagem presenciais



obrigatórias, por meio de graus de zero a dez, computados até a primeira casa decimal e aproximada, considerando a fração centesimal igual ou superior a meio centésimos para mais um décimo, tendo em vista as avaliações definidas no projeto pedagógico do curso.

Artigo 15 - Para efeito de aprovação, o aluno deverá obter:
I - nota igual ou superior a 6,0 (seis) em cada disciplina ou atividades programadas no projeto pedagógico do curso;

II - frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) nos encontros presenciais obrigatórios de cada disciplina ou atividades obrigatórias programadas no projeto pedagógico do curso.

Artigo 16 - Os estágios curriculares constam de atividades acadêmicas, visando ao aprofundamento do conhecimento, por meio de atividades eminentemente práticas, de acordo com o projeto pedagógico de cada curso ou atividade em EaD.

Parágrafo único Os estágios curriculares obedecerão ao Regulamento Geral dos Cursos de Graduação das FATEC’s do CEETEPS.

Artigo 17 – Os estágios curriculares, quando exigidos na matriz curricular dos Cursos de EaD, são coordenados por professor designado pelo diretor de cada unidade (polo) de apoio presencial e supervisionado pelo Coordenador do Curso.

##### CAPÍTULO III

##### DA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE CURSOS

Artigo 18 - O projeto pedagógico de curso ofertado na modalidade de Educação a Distância deve ser elaborado segundo o roteiro de proposta de criação de curso, estabelecido pelas Normas Internas, conforme o caso, devendo, preferencialmente, conter, dentre outros, os seguintes itens;

I - nome do curso, modalidade ou ênfase;

II - público alvo e forma de processo seletivo para ingresso no curso;

III - projeto pedagógico contendo, no mínimo:

a) concepção do curso;

b) número de vagas por Polo de Educação a Distância;

c) justificativa baseada em estudo de demanda social, explicitando a relação com as políticas educacionais para a região de abrangência;

d) fundamentação teórica e objetiva, considerando as habilidades e competências requeridas pertinentes ao perfil de profissional que se deseja formar;

e) proposta metodológica com, a descrição do material do curso, estratégias de apoio à aprendizagem, mídias utilizadas, descrição detalhada dos serviços de suporte e atendimento remoto aos estudantes e nos momentos presenciais;

f) descrição do sistema de avaliação da aprendizagem e de aplicação de provas presenciais;

g) sistema de matrícula e rematrícula no caso de reprovações dependência e promoção;

h) descrição da equipe profissional multidisciplinar, requisito para seleção de professores e mediadores (presenciais e online), e previsão de capacitação dos envolvidos, conforme as especificidades do curso;

i) estrutura curricular com indicação dos componente curriculares, carga horária, ementas, objetivos, departamentalização das disciplinas e indicação dos limite mínimo e máximo para conclusão do curso;

j) forma de desenvolvimento do estágio e trabalho de conclusão do curso, quando obrigatórios;

k) forma e procedimentos para avaliação institucional do curso;

l) descrição da infraestrutura existente para o funcionamento do curso com especial atenção para os laboratórios e para infraestrutura física e técnica de suporte e atendimento remoto aos estudantes, nos Polos de EaD;

m) especificação dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento do curso, bem como dos órgãos de financiamento e das parcerias ou consórcios;

n) cronograma de execução.

##### CAPÍTULO IV

##### DA DISCIPLINA OFERTADA A DISTÂNCIA NOS CURSOS PRESENCIAIS

Artigo 19 - Os projetos pedagógicos dos cursos de graduação presenciais reconhecidos podem introduzir, na estrutura curricular, a oferta de disciplinas que, em seu todo ou em parte utilizem metodologia na modalidade semipresencial, fundamentando-se no artigo 81 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, bem como na Portaria 4059 de 10 de dezembro de 2004 do Ministério da Educação.

§ 1º - Para fins desta deliberação, caracteriza-se a modalidade semipresencial como quaisquer atividades didáticas, módulos ou unidades de ensino-aprendizagem centradas na autoaprendizagem e com a mediação de recursos didáticos organizados em diferentes suportes de informação que utilizem tecnologias de comunicação remota.

§ 2º - A oferta de disciplinas a que se refere o “caput” deste artigo pode ocorrer de forma integral ou parcial, desde que esta oferta não ultrapasse 20 % (vinte por cento) da carga horária total do currículo do curso, excluídas as horas destinadas às atividades acadêmicas complementares, de acordo com as normas internas vigentes no CEETEPS.

§ 3º - As avaliações do aproveitamento escolar nas disciplinas ofertadas na modalidade referida no “caput” deste artigo são presenciais.

§ 4º - A introdução opcional de disciplinas previstas no “caput” deste artigo não desobriga o curso do cumprimento do calendário acadêmico do CEETEPS e da duração do ano letivo.

Artigo 20 - A oferta das disciplinas previstas no artigo anterior deve incluir métodos e práticas de ensino-aprendizagem que incorporem o uso integrado de tecnologias de informação e comunicação para a realização dos objetivos pedagógicos, bem como prever encontros presenciais e atividades de tutoria.

Parágrafo único - Para os fins desta deliberação, entende-se que a mediação das disciplinas ofertadas na modalidade semipresencial será exercida pelo professor que ministra a disciplina, com indicação de carga horária específica para os momentos presenciais e os momentos a distância.

Artigo 21 - A proposta de oferta de disciplina na modalidade semipresencial aprovada pelo Colegiado do Curso (ou Núcleo Docente Estruturante - NDE) e pela Unidade do Ensino Superior de Graduação (CESU), deve conter plano de ensino específico para essa modalidade, acompanhado, obrigatoriamente, de parecer do NDE.

Parágrafo único - Compete ao Coordenador do Curso, com aprovação do Núcleo Docente Estruturante -NDE, o gerenciamento dos pedidos de oferta de disciplinas na modalidade semipresencial de forma a não ultrapassar o limite máximo de 20% (vinte por cento) de carga horária do curso nessa modalidade de oferta.

##### CAPÍTULO V

##### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 22 – O CEETEPS pode, também, ofertar cursos de que trata esta deliberação mediante a formação de convênios, parcerias e consórcios interinstitucionais, observadas as seguintes condições:

I - a indicação das responsabilidades de cada parte, na oferta de cursos na modalidade de educação a distância, incluindo indicação de docentes e técnicos envolvidos;

II - comprovação de que a Instituição conveniente, parceira ou consorciada tem condições de oferecer as contribuições específicas que lhe forem atribuídas na oferta de curso na modalidade de Educação a Distância;

III - comprovação de que a possibilidade de trabalho em convênio, parceria ou consórcio esteja devidamente aprovada nas instâncias superiores do CEETEPS;

IV - apresentação da aprovação do respectivo termo de convênio de parceria ou de consórcio;

V - a indicação de docentes e técnicos envolvidos nos cursos na modalidade de Educação a Distância, sob a forma de convênio, parcerias e consórcios, deve, prioritariamente, obedecer à oferta de docentes do quadro permanente do CEETEPS;

VI - na hipótese da indicação de docentes e técnicos que não sejam pertencentes ao CEETEPS ou a uma instituição conveniada, parceira ou consorciada, para atuação junto aos cursos na modalidade de EaD, os indicados devem, obrigatoriamente, atender as normas estabelecidas pelo CEETEPS e, também, a legislação regulamentadora pertinente.

Artigo 23 - Os direitos autorais dos materiais produzidos para os cursos e disciplinas ofertados a distância deverão ser previamente definidos em contratos específicos, observada a legislação federal que regulamenta a questão e as normas internas do CEETEPS.

Artigo 24 Os casos omissos nesta deliberação serão analisados pela Unidade do Ensino Superior de Graduação - CESU.

Artigo 25 - Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

(Processo CEETEPS nº 0299/2014)

**Deliberação CEETEPS Nº 007, de 17-2-2014**

*Altera a Deliberação CEETEPS – 06, de 17-11-2011, que Regulamenta a Evolução Funcional – promoção e progressão dos empregados públicos e servidores estatutários do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza*

A Presidente do Conselho Deliberativo, do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no inciso VIII, do artigo 8º do Regimento do Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” – CEETEPS, aprovado pelo Decreto nº. 58.385, de 13 de setembro de 2012, em face do contido no § 2º do artigo 14 e § 2º do artigo 17 da Lei Complementar nº 1044/2008, expede a presente Deliberação, considerando:

que os indicadores desenvolvidos pelo Sistema de Avaliação Institucional-SAI, são utilizados como instrumento de avaliação para a composição da média de desempenho de cada empregado público e servidor no cálculo de sua avaliação funcional; que para o exercício de 2013 foram efetuadas alterações significativas no citado sistema, o que impossibilita a utilização do indicador até então utilizado;

a necessidade de se adequar a fórmula então utilizada de tal ordem que não altere os critérios de avaliação;

que tal alteração não deva propiciar nenhum tipo de prejuízo aos empregados públicos e servidores que se submeterão ao processo da Evolução Funcional no ano de 2014;

que o Projeto de Lei que estabelece o novo plano de carreira dos empregados públicos e servidores deste CEETEPS, que se encontra em trâmite, determinará nova fórmula de cálculo da Evolução Funcional,

Considerando ainda, a necessidade de efetuar adequações para o corrente ano,

DELIBERA:

Artigo 1º - Os §§ 3º e 4º do artigo 8º da Deliberação CEETEPS 06, de 17-11-2011, passam a ter a seguinte redação:

“§ 3º - Os instrumentos previstos nos incisos VI a VIII deste artigo, dependerão de documentação comprobatória e abrange-rão o período de 1º de abril do primeiro ano a 31 de maio do terceiro ano do interstício que antecede à vigência da respectiva evolução funcional, salvo a titulação para os docentes das Escolas Técnicas e a formação além da exigida para a admissão dos Auxiliares de Docente e dos empregados/servidores técnicos e administrativos, que independerão do período, podendo ser utilizada uma única vez;

§ 4º – No processo de Evolução Funcional do exercício de 2014, excepcionalmente, os resultados dos indicadores do SAI específicos para cada categoria, previstos no inciso X deste arti-go, serão disponibilizados pelo sistema web-SAI e representarão a média dos anos de 2011 e 2012, considerando a lotação no mês de novembro de cada ano;”

Artigo 2º. - Esta Deliberação entra vigor na data de sua publicação.

(Processo CEETEPS nº 0138/2011 – CD 026/2014)

##### GABINETE DO DIRETOR-SUPERINTENDENTE

**Portaria CEETEPS nº 603, de 17-2-2014**

A Diretora Superintendente do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, no uso de suas atribuições legais, expede a presente Portaria:

Artigo 1º - Ficam cessados os efeitos da Portaria CEETEPS nº 310, de 24, publicada no D.O. de 28/05/2013, referente à constituição da Comissão de Implantação da Faculdade de Tecnologia – FATEC “Shunji Nishimura”, em Pompéia.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

## Esporte, Lazer e Juventude

### GABINETE DO SECRETÁRIO

##### Comunicado

Termo de Reconhecimento e Parcelamento de Débito

Processo SELT 0509/2009

Termo de Reconhecimento e Parcelamento de Débito que Celebram o Estado de São Paulo, por Intermedió da Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude, e o Município de Porto Ferreira, Decorrente da Inexecução Total do Convênio Firmado em 29-12-2009 E Aditado em 08-02-2012.

Pelo presente instrumento, o Estado de São Paulo, por sua Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude, doravante denominada Secretária, neste ato representada pelo Secretário de Estado, José Auricchio Junior, devidamente autorizado pelo Decreto 59.215 de 21-05-2013, publicado no D.O. de 22 de maio 2013, e o Município de Porto Ferreira, doravante denominado MUNI-CÍPIO, neste ato representado por sua Prefeita, Renata Anção Braga, firmam o presente termo, o qual se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – O MUNICÍPIO reconhece o débito decorrente da rescisão do Convênio 0287/2009, celebrado em 29-12-2009 e aditado em fevereiro de 2012, em virtude do não cumprimento de obrigação prevista na sua Cláusula Terceira, inciso II, alínea “a”, no montante de R\$ 287.872,74, acrescido de R\$ 71.590,31, no total de R\$ 359.463,05, conforme cálculo de fls. .1.225/1.1288 dos autos do Processo SELT 0509/2009, obrigando-se a restituí-lo aos cofres públicos estaduais na forma abaixo.”

CLÁUSULA SEGUNDA – O ressarcimento da quantia refe-rida na cláusula anterior será feito em 12 parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira no valor de R\$ 29.955,30 e as 11 parcelas restantes no valor de R\$ 29.955,25, reajustáveis anualmente pela variação do IGPM-FGV, ou outro índice que, em substituição, venha a ser adotado pelo Estado de São Paulo para a correção de débitos.

2º – O MUNICÍPIO encaminhará o respectivo comprovante do recolhimento de cada parcela ao Grupo Tomada de Contas – GTC, da SECRETARIA, situada na Rua São Bento 398 – Centro – São Paulo – SP – CEP: 01010-904.

CLÁUSULA TERCEIRA – O descumprimento do presente acordo ensejará o vencimento antecipado da dívida.

### COORDENADORIA DE ESPORTE E LAZER

##### Comunicado

Ato Decisório 36/2014

O Presidente da Comissão de Análise do Programa “Bolsa Talento Esportivo” instituído pela Lei 13.556, de 09-06-2009 e Lei 14.949 de 06-02-2013, defere o pedido de benefício, aos atletas abaixo relacionados, pertencentes aos Centros de Excelência Esportiva, medalhistas nas Paralimpíadas Escolares

2013, destaques da Copa de Handebol do Estado de São Paulo e Ginásiada 2014 – Mundial Escolar.

Categoria Estudantil

Adrieli Aparecida Figueiredo Garrido – Atletismo PCD

Adriely Silva Luiz - Basquetebol

Alan Matias Duarte Brito – Voleibol

Alexsander Medeiros da Silva Nicolai – Judô

Alencar Chagas Pereira – Atletismo

Alex de Oliveira Amaral– Tênis de Mesa PCD

Aline Manhães - Handebol

Ana Beatriz Alves Valota – Natação PCD

Ana Laura Assis Pereira – Basquetebol

Ana Paula da Silva Paulino– Natação PCD

Anderson Dantas Ferreira – Atletismo

Andrei Sabino Machado - Taekwondo

Angélica Carregosa Rodrigues– Atletismo

Ayslan Pereira dos Santos– Atletismo PCD

Bruna Batista da Silva – Voleibol

Bruno Lopes Coelho – Natação

Caio Henrique Silva Eloí - Basquetebol

Caroline Molossi Benke – Voleibol

César Augusto Peterson Conde da Silva – Atletismo

Chrigor Hugo Ribeiro Bonfim– Atletismo PCD

Chyenne Saringer Haddad - Taekwondo

Claudia Possi da Silva – Ginástica Rítmica

Clara Caroline Magalhães – Handebol

Clelia Vitoria Rodrigues da Silva Alfredo– Atletismo PCD

Daira Caroline Alves do Nascimento – Taekwondo

Daniel Muniz de Oliveira – Voleibol

Davi Ferreira Junior – Atletismo

Diego da Silva Lopes – Atletismo

Diogo Roberto Pedroso dos Santos – Voleibol

Edson Rodolfo da Silva Junior - Voleibol

Eduardo Joe Silva Leite – Taekwondo

Eloah Caetano Scramin - Atletismo

Erasm Emerson Delboni Junior- Judô PCD

Erick Santos Nascimento – Atletismo

Fabiana Barbosa Batista - Taekwondo

Felipe Hatanaka de Oliveira – Basquetebol

Felipe Siqueira Soter Chagas – Voleibol

Gabriela Araujo Lopes – Atletismo

Gabriela Chizzolini Paes - Basquetebol

Gabriela Ferreira Dias – Volei de Praia

Gabrielly Antunes Eduardo – Judô

Giovana de Carvalho – Ciclismo

Gustavo Maximiano da Silveira – Voleibol

Henrique Caetano Nascimento– Natação PCD

Hudson Matheus Rosa dos Santos– Atletismo PCD

Iara Aparecida Pereira Rocha– Atletismo PCD

Igor Vianna Jeronimo – Atletismo

Ingrid Caroline França – Tiro com Arco

Ingrid de Assis Jorge- Taekwondo

Isabela Mariana Geidelis Cassemiro – Tênis de Mesa

Izabela Correa Rainho – Karatê

Jadson Henrique Almeida da Silva - Basquetebol

Jeremias Daniel – Atletismo

Jéssica Couto Lima – Judô

Jessica Gabriela dos Santos Martins Pereira – Atletismo

Jéssica Gabriele Soares Giacomelli– Atletismo

Jessica Linhares de Paula – Karatê

Jonatan Alves de Souza - Taekwondo

Jonathan Renan Lemos Martins - Judô

Josimario Ferreira da Silva – Taekwondo

Joyce Alessandra Barbosa da Cruz - Basquete

Juliana Vaz – Voleibol

Juliano da Silva Viala– Atletismo PCD

Kalel William Voltarelli Barcelos - Atletismo

Karina Leal de Oliveira – Voleibol

Kelly Cristina Pereira de Oliveira- Judô PCD

Kely Cristina da Rocha Santos – Atletismo PCD

Larissa Santos de Espírito – Natação PCD

Laura Dias da Silva Campos– Atletismo

Leonardo dos Santos Santana– Atletismo PCD

Leonardo Oliveira Ferreira – Ciclismo

Leonardo Ribeiro Gonçalves – Judô

Leonardo Yudi Taniguti – Judô

Leticia Fernanda Coqueiro de Oliveira - Ciclismo

Lincoln Stephano Frade Bueno – Voleibol

Lineker Luis Luca Vicente – Atletismo

Livia Cardoso de Matos– Natação PCD

Luan Soares Barbosa – Atletismo

Lucas Carvalhal Pistoresi – Voleibol

Lucas Ferreira de Souza - Taekwondo

Lucas Willian Cavalcante de Souza – Ciclismo

Luis Roberto Dantas da Silva – Basquetebol

Marcelle Macedo da Silva – Voleibol

Marcos Antonio Machado– Atletismo PCD

Marta Pereira da Rocha – Atletismo

Mateus Henrique Saraiva - Taekwondo

Mateus Pimentel Buosi – Judô

Matheus Augusto Vieira de Castro – Judô

Matheus Costa Freitas – Voleibol

Matheus Vinicius dos Santos Neres – Judô

Mayara Janelatto de Andrade– Atletismo

Mirna Marques da Silva – Atletismo

Natalia Romera da Silva– Tênis de Mesa PCD

Nayara de Oliveira Piva - Handebol

Nicolas Matias Santos de Oliveira – Voleibol

Nycole Cristina de Aquino Vitale– Natação PCD

Olivia Santana Nascimento - Basquetebol

Paloma Ferreira de Lima – Taekwondo

Pamela Wendi de Souza Silva - Taekwondo

Rafael Fernandes Barbosa – Atletismo

Rafael Membrive Costa – Taekwondo

Rafael Pereira de Moura – Bocha PCD

Raul de Almeida Batista Soares – Judô

Rebeca dos Santos Araujo– Natação PCD

Roberson Padilha de Aguiar – Voleibol

Rodrigo Souza Mariani – Voleibol

Ronaldo Praxedes Baptista Carqueijo Junior – Tiro com Arco

Samara Zago da Silva– Natação PCD

Samuel Ribeiro Machado Garcia Silva – Voleibol

Sthefany Fernanda Vieira dos Santos– Atletismo PCD

Tayson Nadsen de Souza Oliveira – Basquetebol

Thais Castro Mota – Voleibol

Thayna Azarias dos Santos – Basquetebol

Thayna Fernanda de Jesus Daniel – Atletismo

Thaynan Fernandes dos Reis - Basquetebol

Thaydecir Rossi Junior - Atletismo

Valter Marcondes Junior – Taekwondo

Vitor Mardegan Araujo – Karatê

Wellington Rodrigues Faria – Atletismo PCD

Wellinton Fernandes da Cruz Filho – Atletismo

Wesley Willian de Souza Barros –Taekwondo

Categoria Juniores

Aderon Primo de Souza – Judô

Amanda Beatriz Santana da Silva – Atletismo

Breno Alessi dos Reis de Almeida – Judô

Caroline Alves Dias – Atletismo